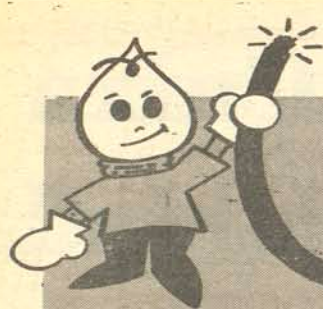




SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 140 05/07/91

Garantia no emprego vai polemizar campanha salarial

Plenária em Rio do Sul discute campanha de outubro e define a garantia no emprego como principal objetivo.

“Quando a 4 meses da data-base uma plenária para elaborar a pré-pauta de reivindicações reúne mais de 200 pessoas, só podemos acreditar que as perspectivas são favoráveis”. Com esta frase Isaltino Pedron avaliou a Plenária de Base dos Empregados da Celesc que aconteceu no dia 29 de junho em Rio do Sul. Reunidos no auditório do Colégio Dom Bosco, representantes de base de praticamente todo o estado discutiram os problemas da categoria e definiram a garantia no emprego como o ponto mais importante da campanha salarial de outubro.

A pré-pauta, que ainda vai ser apreciada em assembleias regionais e depois submetida a mais uma plenária

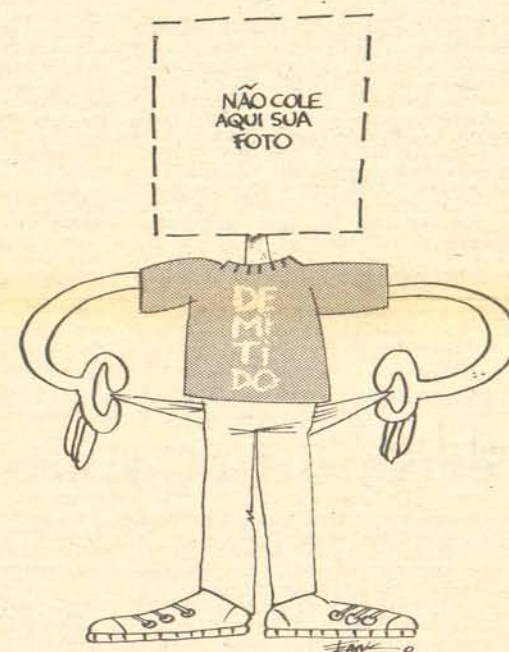
de base estadual, foi dividida em 4 blocos. O primeiro é a garantia no emprego. O segundo é composto pelas cláusulas econômicas, onde se destacam a correção salarial e o reajuste mensal dos salários. O terceiro bloco é composto por 18 cláusulas que falam basicamente da manutenção de direitos já vigentes. O último grupo é o das questões que já foram solicitadas e nunca foram atendidas, como a eleição para a fundação Celos, auxílio aos aposentados, trabalho em áreas de risco e fim da locação da mão-de-obra de terceiros.

A Intersindical avalia que esta foi uma das melhores plenárias já realizadas. “As pessoas participaram efetivamente dos debates, pro-

pondo e questionando diversas questões”, comenta Arno Cugnier, diretor do Sinergia.

Os próximos passos da campanha salarial serão as assembleias para discussão da pauta que ocorrerão entre os dias 8 e 12 de julho e a plenária estadual de base do dia 20, em Criciúma. Depois disso, já com a pauta na sua versão definitiva, as reivindicações serão encaminhadas à Celesc para que se inicie o processo de negociação.

Arno Cugnier acredita que se a categoria estiver mobilizada poderá haver bons resultados na campanha salarial. Mas o sindicalista adverte: “sem mobilização dificilmente os resultados serão bons, e aí não vai mais haver garantia no emprego nem reajuste digno nos salários.



Eletrosul quer demitir seus “heróis” Sinergia não participa do CRH

A Eletrosul está disposta a demitir os empregados que há pouco tempo foram considerados “heróis”, por terem trabalhado na reconstrução de torres de transmissão derrubadas por um temporal no Paraná. Segundo comentários, a empresa contaria com uma “bobeada” dos sindicatos se estes eventualmente perdessem o prazo para entrar com ações de reintegração dos demitidos.

Nesta linha, os boatos dão conta que mesmo havendo o parecer da sua assessoria jurídica, de que, havendo demissões, a reintegração seria imediata, tendo em vista a Garantia de Emprego definida pelo TST, estas demissões seriam efetuadas.

Esta disposição foi comentada por toda a sede da empresa logo após uma reunião de diretoria. As demissões atingiriam todas as “Residências de Obras” que foram extintas pela diretoria da empresa. No Mato Grosso do Sul as demissões seriam em Campo Grande e Dourados, no RS em Gravataí, Uruguaiana e Passo Fundo, no Paraná em Londrina e Curitiba; em SC ocorreriam em Florianópolis, Itá, Campos Novos, Criciúma e Mafra.

A se confirmarem tais comentários, estes revelariam contradições sem precedentes. Numa semana se jogam louros sobre os heróis e logo em seguida os colocam no olho da rua.

O Conselho Deliberativo do Sinergia resolveu que a entidade não vai participar do processo de eleições para o Conselho de Recursos Humanos da Eletrosul, que acontece na próxima semana. A posição é explicada pelo desvirtuamento do órgão que foi criado para um Plano de Carreira que não foi implantado completamente e que é sistematicamente desconsiderado pela diretoria da Empresa.

Na verdade a intervenção dos representantes dos trabalhadores não

consegue repercutir no CRH devido ao fato do voto de minerva ser da diretoria, transformando-se numa instância estéril e sem efetividade.

As eleições têm algumas características curiosas, como a candidatura de João Randolfo e Edson Goes para representantes dos empregados. Eles eram membros do chamado “pudim de noiva”, comissão que mesmo durante a última greve trabalhava no sentido de preparar a posse, o programa de trabalho e a reforma administrativa de Gazaniga.

SEM-TERRA

Inicia jornada pela terra

Começou no dia 1º de julho, em Curitiba, e Jornada de Luta pela Terra em Santa Catarina, promovida pela Central Única dos Trabalhadores, Movimento Sem-Terra, Movimento Nacional pela Moradia e Pró-Central dos Movimentos Populares. A Jornada foi aberta com ato público em Curitiba e, desde o dia 2, agricultores sem-terra iniciaram uma caminhada de 350 quilômetros, de Curitiba a Florianópolis, reivindicando o assentamento dos Sem-Terras e Sem Tetos, mais uma lista de exigências será entregue

ESTUDANTES

Defendendo a escola pública

A União Catarinense de Estudantes pretende comprometer os deputados catarinenses com a votação, em agosto, no Congresso, da LDB (Lei de Diretrizes de Base), a UCE faz parte do Fórum Nacional em Defesa de Escola Pública, movimento de resistência contra às investidas que pretendem acabar com ensino público no país.

Dentro da LDB lutam pela autonomia universitária; criação de um Conselho Nacional de Educação com a participação dos estudantes; a eleição direta de diretores e reitores e a liberdade de organização estudantil, entre outros. Querem também que o ensino oferecido pelas escolas ditas "filatóricas" seja realmente gratuito e impedir o descredenciamento das univer-

sidades públicas. Ainda dentro do movimento está a mudança da atual forma de reajustar as mensalidades escolares, que passaria a ser proporcional ao aumento dos salários, e a garantia de rematrícula para aqueles que não conseguiram pagar as mensalidades de semestre anterior.

Entre as atividades programadas até agosto, em Santa Catarina, estão seminários sobre a LDB em fundações e universidades, a preparação de caravanas para participar da mobilização em agosto, em Brasília, e um ato que acontecerá em Florianópolis, com a participação de secundaristas, professores e sindicatos. Para participar chamar: (0482) 22-3331.

SEM-TETO

Terreno da Cohab é ocupado

Na madrugada do último domingo, dia 30, 51 famílias ocuparam um terreno da Cohab, no Bairro Monte Cristo, em Florianópolis. São 149 pessoas, incluindo 76 crianças, acampadas em barracas de plásticos improvisadas em local sem nenhuma infra-estrutura. Segundo a direção da Cohab a área ocupada tem 80 mil metros quadrados e estava sendo preparada para a construção de um conjunto habitacional com 200 unidades. A empresa ameaça entrar na Justiça com uma ação de reintegração de posse.

Elaine Torres Prazeres, do Movimento Sem-Teto, garante que as pessoas que ocuparam o terreno concordam em sair da área, desde que possam ficar provisoriamente em algum outro local enquanto seu problema de moradia é resolvido. "A maior parte dessas famílias foram despejadas por causa dos altos aluguéis e as demais estavam morando de favor com parentes e amigos", afirma Elaine. "Muitos estavam morando embaixo de pontes e viadutos. Se forem despejados forçosamente

irão para algum lugar, mesmo que de forma desorganizada, porque eles existem e precisam ocupar algum lugar no espaço", disse o vereador Vitor Schmidt, que integra uma comissão de negociação com o governo do Estado.

A maioria das pessoas que ocuparam a área vivem de subempregos. São serventes, estofadores, macânicos, domésticas, diaristas, pedreiros, vigias, pintores e lavadores de carro. "Só nos submetemos ao frio e a insegurança dessas barracas de lona porque não temos nenhuma outra alternativa", diz a copeira Zuleima (o movimento dos Sem-Teto não permite que o sobrenomes sejam divulgados). E justamente em busca de uma alternativa que vereadores, integrantes do movimento Sem-Teto e representantes das famílias têm procurado a Cohab e prefeitos da Grande Fpolis. "O Estado não pode fechar os olhos a este grave problema social. Estamos apelando ao espírito humanitário desses governantes para evitar o uso da violência contra essas famílias", destacou o vereador do PT

Greve da Caixa pára depois de ser julgada abusiva

A já esperada decisão do Tribunal Superior do Trabalho de julgar a paralisação da Caixa Econômica Federal como "abusiva" não mudou os rumos do movimento: a greve reivindicando reposição salarial de 334% e o cumprimento de 20 cláusulas do acordo coletivo de 1990 nunca cumpridas. O pessoal da CEF, antes mesmo da decisão do TST, haviam decidido não mais reconhecer a legitimidade do Tribunal depois da declaração de abusividade da paralisação no Banco do Brasil.

A paralisação da CEF teve

altos índices de adesão em todo país. Em Florianópolis, 90% dos trabalhadores pararam. E, segundo a Executiva Nacional dos Funcionários, a mobilização continua até que a direção da CEF "nos trate com dignidade e respeito, sente à mesa de negociações e apresente uma proposta aceitável".

A Executiva Nacional propõe que os trabalhadores discutam no sindicato o papel político desempenhado pelo TST, especialmente pela coincidência dos julgamentos de abusividade com épocas em que o movimento sindical se



Bancários resistem ao arrocho

mostra mais resistente às políticas de arrocho salarial implementadas pelo governo.

Além do comprometimento com o governo Collor a categoria salienta que sua pauta de reivindicações não foi sequer apreciada e o Tribunal usou os mesmos argumentos burocráticos da greve do BB para justificar a decisão. O TST, ao se agarrar em argumentos de mera burocracia para definir a abusividade ou não das greves, tem tornado impossível a qualquer tabalhador cruzar os braços e reivindicar seus direitos.

Decisões do TST têm orientação política

É impossível fazer greve não abusiva, na forma exigida pelo Tribunal Superior do Trabalho, responsável pela declaração de legalidade ou não das paralisações de trabalhadores. Essa conclusão é da Executiva Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, que se reuniu no último fim de semana em Brasília e decidiu suspender a greve nacional que a categoria havia iniciado em 20 de junho, e que foi considerada "abusiva" pelo TST.

O leque de exigências do

TST para que qualquer greve possa acontecer vai desde encaminhamentos burocráticos até a observância de critérios que tangem os limites da obediência - como o "esgotamento das possibilidades de negociação". Mas o que costuma definir se uma greve é abusiva ou não é um elemento bem mais subjetivo - a vontade dos ministros do Tribunal, que costuma oscilar conforme os ventos do poder.

As alegações do TST para declarar a abusividade

da greve do BB se basearam em determinações que, no entendimento da Executiva Nacional dos Funcionários, foram cumpridas. O TST disse que as negociações com a direção poderiam ter ido mais adiante - o que, evidentemente, era impossível. O TST disse que a Executiva é um "ente desconhecido" - ignorando a representatividade e o papel político desempenhado pela Executiva. O TST disse, ainda, que a greve não foi comunicada à população - os ministros decerto não leram

os boletins espalhados por todos os piquetes ou assistiram aos anúncios pela TV. Outro "argumento" do TST: a greve deveria ter sido deflagrada por assembleias ocorridas quatro dias antes do início da paralisação, em lugares fechados, com atas que deveriam ser enviadas ao TST dos 200 sindicatos de todo o país - o que, de resto, mostra o quanto é impossível fazer greve como quer o Tribunal.

Teve gente que até resolveu implicar. Um velho

conhecido dos catarinenses, ministro do TST, disse durante o julgamento, no dia 27: "A vontade de fazer greve forçou os motivos para se fazer greve". A frase é de Wagner Pimenta, especialista em ilegalidades, pilhado veraneando em Florianópolis em 1989, dentro de um carro oficial, maquiado com um placa comum sobre a chapa branca. Na época, trajando bermudas vistosas, o ministro do TST foi apedrejado, na frente do Palácio Cruz e Sousa.

CUT realiza seu 4º Congresso em SC

A Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina — CUT realiza nos dias 12, 13 e 14 de julho o seu 4º Congresso. A expectativa é de que 800 delegados participem dos debates que ocorrerão na Universidade Federal de Santa Catarina, ginásio de esportes. A abertura do Congresso deverá contar com a presença do presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli.

Delman Ferreira, 1º secretário da CUT Nacional e membro da comissão organizadora do Congresso acredita que este é um evento de proporções históricas para o sindicalismo catarinense e nacional. "Este congresso acontece dentro de um processo que vai desembocar no Congresso Nacional da central, em setembro, e está contando com a participação direta dos trabalhadores de cada categoria", diz o sindicalista.

No entanto, as resoluções políticas que devem sair do Congresso são o mais importantes para Delman. Ele acredita que a CUT está redefinindo muitas coisas com relação ao próprio modo de encarar a luta sindical, construindo propostas alternativas concretas para que o país seja governado e orientado pelas necessidades da população.

"O governo está com um projeto para acabar com o sindicalismo combativo e fortalecer o cartório que se limita a negociar o preço da mão-de-obra dos trabalhadores, e estes congressos devem fortalecer a CUT e a visão de que os sindicatos e as centrais devem atuar no sentido de apontar rumos para o país, em uma perspectiva classista", explica.

TRIBUNA Livre

Celso Francisco Ramos Fonseca
Ex-funcionário da Eletrosul

Carta de despedida

Colegas da ELETROSUL,

Hoje é um dia muito importante para mim. Dia da homologação junto ao Sindicato de minha saída da ELETROSUL, dia de uma mudança radical em minha vida.

Estou um pouco tenso. No entanto, estive muito mais há dois meses quando decidi pedir demissão. Naquela oportunidade, como vários colegas que haviam saído ou iriam sair, eu estava apreensivo. Apreensivo porque havia tomado uma decisão que mudaria minha vida. Deixaria de ser empregado para ser patrão, de ter garantido meu salário ao final de cada mês para ir à luta no mercado para obtê-lo. Em compensação, não mais veria minha carreira profissional de deteriorando por falta de trabalho, de treinamento ou de realização profissional. Saio para mudar tudo isso, para ver uma luz no fim do túnel.

Não posso reclamar dos 12 anos que passei na ELETROSUL. Nela eu estagiei, me especializei, me tornei um bom profissional, pronto para enfrentar o mercado. Porém não imaginava que a esqueceria tão cedo. Das vezes que necessitei ir até ela nesses últimos dois meses, pois estava dispensado, me senti um peixe fora d'água. Deve ser fruto da situação atual que se encontra "nossa" Empresa. Da situação que a levaram. Será que propositalmente? Será que muito bem articulada para levá-la à extinção? Não sei, porém, desconfio.

O importante é que tive muitos colegas e fiz muitos amigos durante todos esses anos. Agora me sinto mais triste porque sei que muitos desses colegas vou esquecer, é natural. Não esquecerei, porém, dos amigos que ficaram, da APROSUL e do Sindicato. Desses companheiros de luta, com os quais aprendi muito.

Espero que vocês continuem lutando por uma Empresa melhor, por um País de equidade. Aqui fora continuarei a lutar, mesmo que de forma diferente, mas sempre seguido a mesma linha de pensamento que me fez atuar com vocês, para que tenhamos um dia um mundo mais justo.

Um grande abraço do ex-colega e amigo.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DIRETOR) e Marl Cristina Seomazon. Ilustração: Frank Maia. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3896. Telex: 48-2555. Fax: 22-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



Legislativo repudia demissões na Celesc

A Assembléia Legislativa de SC, enviou telex ao Sinergia "repudiando as atitudes e métodos utilizados pela direção anterior e atual da Celesc no que tange a demissões de funcionários". A posição do legislativo, aprovada em plenário, após proposição do deputado Sérgio Grando (PCB) se refere a tentativa da Celesc de demitir 116 empregados que foram admitidos pela diretoria anterior. Este já é um resultado do trabalho que a Intersindical vem desenvolvendo para sensibilizar as autoridades em favor do direito ao emprego. Até o dia 10 de julho a assessoria jurídica da Intersindical vai apresentar um parecer sobre as demissões à diretoria da Celesc.

Contratados esperam julgamento da greve

Continua a greve dos empregados em asseio em conservação, que

Médico é punido no Cred-Florianópolis

O Sinergia deve mover ação judicial para reverter a punição perpetrada contra o médico da CRE-DIFLO da Celesc, Dr. Medeiros.

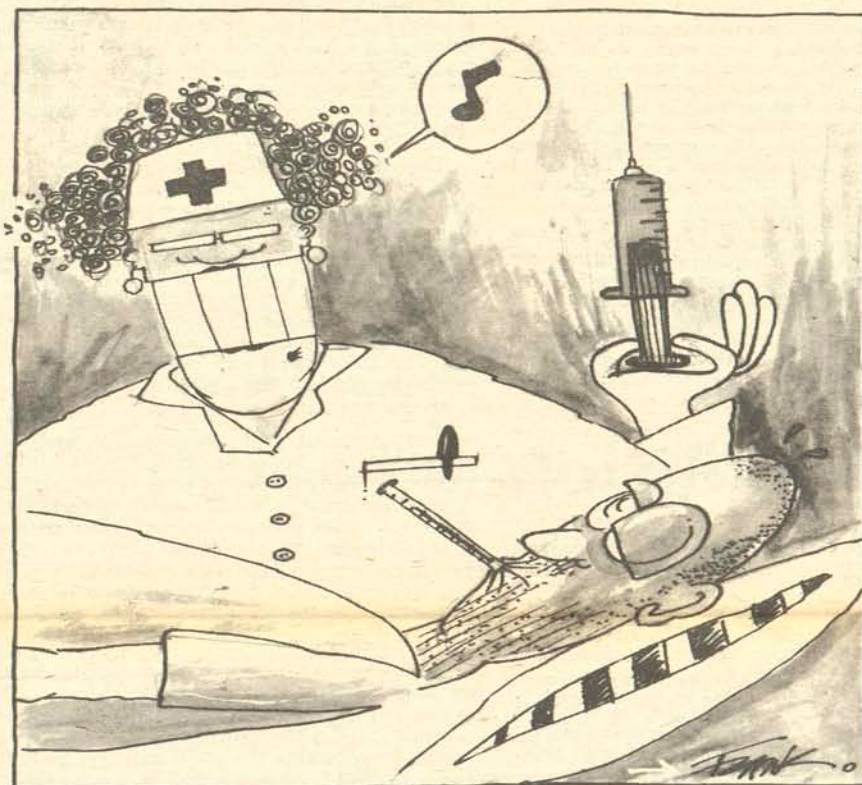
Conferência discute saúde do trabalhador

Sindicalistas, assessores de saúde, deputados estaduais e vereadores de Florianópolis participaram de reunião, no último dia 26, com o secretário de Saúde de Santa Catarina, João Ghizzo, para reivindicar do governo a convocação da Conferência Estadual de Saúde, preparatória a IX Conferência Nacional, até 15 de setembro.

A Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá de 18 a 22 de novembro, em Brasília, discutirá o processo de municipalização da saúde, especialmente as questões relativas ao controle social do Sistema Único de Saúde. Preparando a Conferência Nacional, que ocorre de quatro em quatro anos, devem se realizar as Conferências Municipais, até 31 de julho, e Estaduais, até 15 de setembro.

Em Santa Catarina, a iniciativa de reivindicar do Executivo a convocação das conferências partiu da Comissão Intersindical de Saúde em Ambientes de Trabalho. A Císat que reestruturar estados e municípios, os conselhos de saúde, responsáveis pela definição das políticas para a área. Os conselhos de funcionamento e estrutura definidos por lei estão desativados na maior parte dos estados e municípios e, onde funcionam, são resultado de incentivos do Executivo ou dos profissionais da área, não da população.

A Císat e os vereadores se reuniram no dia 28 com o secretário municipal de Saúde, Murilo Capella, para convocar a Conferência Municipal. Na próxima quinta-feira, o Capella discutirá o assunto com os secretários de Saúde das cidades da Grande Flo-



rianópolis. A proposta é de realização de uma Conferência de caráter regional.

Na reunião do dia 26, João Ghizzo prome-

teu discutir a convocação da Conferência Estadual com os secretários de todo o estado no dia 15.

Kleinübing começa a municipalizar o ensino

O Governo do Estado Já deu início à assinatura de convênios com prefeituras de Santa Catarina, para implantar a municipalização do ensino. Nesta primeira etapa o objetivo é transferir pra as prefeituras as mais de três mil escolas reunidas, isoladas e grupos escolares (de 1ª a 4ª séries). A municipalização é uma das metas prioritárias do PLANO SIM, do governador Vilson Kleinübing. Até agora somente o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte) posicionou-se contra o projeto.

O presidente da Federação Catarinense das Associações de Municípios (Fecam), Odacir Zonta (PDS), assim como prefeitos do

PMDB chegaram a se manifestar contra a idéia. O argumento da maioria é a Falta de recursos das prefeituras. Numa destinação de verbas mais adequada, porém, muitos já concordam com a transferência das escolas.

O Sinte vai além. O esfacelamento do ensino pedagógico como consequência de uma rede escolar fragmentada é uma das preocupações do sindicato. A entidade denuncia que a municipalização pode trazer como consequência a degradação do ensino, abrindo portas à privatização.

Como ponto de honra do governo, a municipalização tem sido encaminhada a toque de caixa.

Entidades como o Sinte, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, União dos Diretores Municipais de Ensino, associações de pais e alunos, Câmaras de Vereadores e o próprio Conselho Estadual de Educação, que chegou a fazer restrições à medida, foram alijadas da discussão.

A municipalização pega de surpresa até os prefeitos. O de Papanhua, Nataniel Rezende Ribas, por exemplo, manifestava-se favorável aos convênios, numa consulta feita inicialmente pelo Sinte. Mais tarde, após receber documentação sobre o assunto, enviou telegrama ao sindicato estar, agora, contrário.

Numa proposta enviada ao governo e prefeitos o Sinte sugeriu a imediata efetivação dos convênios de municipalização no que diz respeito a rede física das escolas, para que se realize a reforma, ampliação e construção dos estabelecimentos de ensino. Quer, no entanto, que as questões de pessoal e pedagógica fiquem de fora e que sejam tratadas num processo de ampla participação popular: a elaboração do novo plano estadual de educação de SC. O Sinte tem alertado que mesmo nas cidades onde os convênios globais venham a ser assinados, o processo pode ser anulado, com mobilizações na comunidade, junto às Câmaras de Vereadores.